

JULGAMENTO

## Maia diz que mensalão não impactou eleições

Presidente da Câmara diz que o PT só perdeu onde errou de forma política

Da Agência Estado

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), afirmou que o julgamento do processo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não provocou impacto no desempenho do PT nas eleições municipais. Maia considerou que o PT perdeu nos locais em que errou politicamente na condução das alianças partidárias. “Esse tema não foi fundamental nas eleições. O PT cresceu em número de prefeituras e em número de votos”, afirmou. “Esse tema não tem impacto, que alguns gostariam que tivesse, na

vida política e no processo eleitoral do País”, completou.

Na semana passada, antes do primeiro turno eleitoral, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, declarou que seria positivo se a condenação dos réus do mensalão tivesse impacto nas eleições municipais. “As urnas dirão se houve repercussão, mas, a meu ver, seria bom que houvesse, seria salutar”, disse Gurgel, durante intervalo de sessão de julgamento no Supremo.

Marco Maia reiterou sua avaliação de que não houve compra de votos, contrariando a denúncia do Ministério Público e a decisão

dos ministros do Supremo até agora. Segundo Maia, essa tese não “coaduna com a realidade”. Adotando a mesma linha da defesa do ex-ministro José Dirceu, o presidente da Câmara afirmou não haver nenhuma prova concreta de que o petista tenha participado dos acordos com a finalidade de comprar apoio dos partidos.

O presidente da Câmara classificou de “insanidade” a tese de que as votações de projetos aprovados com votos comprados no esquema do mensalão devam ser anuladas. Essa tese já foi levantada por ministros do Supremo durante o julgamento do pro-

cesso. Maia afirmou que, além de não haver provas de compra de votos, o número de deputados em julgamento não compromete a votação. “Estamos investigando quatro ou cinco parlamentares. A não ser que tivesse a comprovação do envolvimento de 200 parlamentares, o que não é o caso”, disse Maia.

“É uma insanidade levantar isso”. Segundo o presidente da Câmara a reforma da Previdência, um dos projetos nos quais teria havido a compra de votos, segundo o Ministério Público, foi aprovada com ampla maioria parlamentar.

## Toffoli absolve 3 réus por corrupção ativa

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem pela absolvição de mais três réus pelo crime de corrupção ativa no processo do mensalão. Toffoli considerou que não há provas suficientes para considerar culpados o advogado Rogério Tolentino, que prestava consultoria jurídica às empresas do publicitário Marcos Valério, a ex-diretora financeira da SMP&B Geiza Dias e o ex-ministro dos Transportes Anderson Adatao no esquema de repasse de recursos a políticos da base

aliada do governo Lula.

O ministro já havia se posicionado pela absolvição do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Para ele, não há provas da participação de Dirceu no esquema de compra de apoio político.

Em um voto curto, Toffoli disse que não ficou comprovado que Tolentino tinha ciência e participava do esquema criminoso montado por Valério. Segundo ele, as viagens do advogado com o publicitário não tinham ligação com o esquema e eram perfeitamente justificáveis.



Dias Toffoli diz que ex-tesoureiro se destacou no esquema

## Delúbio Soares é condenado por Dias

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu ontem o quinto voto pela condenação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares pelo crime de corrupção ativa no processo do mensalão. Para Toffoli, Delúbio teve “papel destacado” no esquema de distribuição de recursos para partidos ou pessoas ligadas ao PTB, PP, extinto PL e PMDB. No voto, contudo, o ministro disse que o repasse de dinheiro servia para quitar dívi-

das eleitorais de legendas aliadas ao PT e não para compra de apoio político dos partidos no governo Lula.

O ministro usou os depoimentos do delator do mensalão e presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson, e do ex-tesoureiro do partido Emerson Palmieri, para demonstrar que houve o repasse de recursos de origem ilegal para a legenda. Toffoli acatou a tese da defesa e ressaltou que as transferências de dinheiro

serviram para dar suporte financeiro ao PTB nas eleições municipais de 2004. O acerto, disse, seria de R\$ 20 milhões, divididas em quatro parcelas.

No caso dos réus ligados ao PP, Toffoli disse que o repasse do PT serviu para custear as despesas dos honorários do advogado do então deputado do partido Ronivon Santiago (AC). Ronivon, segundo o ministro do STF, era alvo de 36 ações movidas pelo PT que tentavam

questionar seu mandato parlamentar. Segundo ele, foi feito um acerto pela cúpula do PP por meio do qual o PT arcaria com as despesas.

O ministro também mencionou o fato que o apoio financeiro ocorreu para lideranças do extinto PL e do PMDB. Para Toffoli, Delúbio atuou em parceria com o publicitário Marcos Valério. “A prova é forte e segura para demonstrar a atuação do réu Delúbio Soares”, destacou.

## Cármem Lúcia dá o 4º voto contra Dirceu

A ministra do Supremo Tribunal Federal Cármem Lúcia deu o quarto voto pela condenação por corrupção ativa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu no processo do mensalão. Ela também julgou culpados o ex-presidente do PT José Genoíno e o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. A sessão foi interrompida para um intervalo e será retomada com o voto dos outros ministros.

Para fundamentar sua decisão sobre Dirceu, a ministra destacou os encontros dele com o empresário Marcos Valério e com outros réus. Ela destacou que Valério tinha ligações próxi-

mas com o Banco Rural e incluiu reuniões de Dirceu com dirigentes da instituição. Ressaltou que em seu depoimento Delúbio afirmou que suas ações tinham respaldo. Para ela, Dirceu era um dos que dava esse respaldo ao ex-tesoureiro petista. “Não tenho como descaracterizar os indícios e provas que houve vantagem indevida que tenha sido ofertada e garantida pelo réu José Dirceu”, disse.

Ela afirmou ainda em seu voto que não estava levando em consideração as benesses oferecidas por integrantes do grupo à ex-mulher de Dirceu, Ângela Saragoza. Na visão de Cármem, a

atuação nesse caso é típica de lobistas, como Marcos Valério. “Sabemos que os lobistas fazem isso. Pessoas como Marcos Valério fazem isso, procuram uma pessoa em qualquer situação de projeção verificam alguém que precisa de ajuda, fazem a oferta e se imputa a alguém que detenha o cargo”. Apesar de descaracterizar essa parte da acusação, a ministra entendeu que os encontros com Valério e outros integrantes do grupo eram o suficiente para assentar a culpa de Dirceu.

Com o voto de Cármem, já há maioria pela condenação de cinco dos dez réus em julgamento nessa fase: Delúbio Soares, Mar-

cos Valério, os ex-sócios de Valério nas agências Cristiano Paz e Ramon Hollerbach e a ex-diretora financeira da SMP&B Simone Vasconcelos. Estão absolvidos, também com maioria de seis votos, a ex-funcionária da SMP&B Geiza Dias e o ex-ministro dos Transportes Anderson Adatao.

No caso de José Genoíno, são cinco votos pela condenação, faltando apenas mais um para se afixar sua culpa. Em relação a Dirceu e ao ex-advogado das agências de publicidade Rogério Tolentino, o placar está em quatro votos a dois pela condenação, faltando mais dois votos para confirmar o juízo de condenação.

Pedro Marcos Barbosa



## Questão de Justiça

pedromarcos@nbb.com.br

### Precisamos de mais vereadores?

Quando infante sempre tive a impressão de que a função do vereador se resumia a elaborar legislação dirigida a alterar nomes de ruas, regular a condução de cachorros nas vias públicas, ou batizar uma data aleatória atribuindo cognominações do tipo “Dia Municipal do Taxidermista”. Os anos passaram e as más impressões se tornaram péssimas convicções, e com exceção de um ou outro sério integrante da vereança, custa-me acreditar que realmente precisemos de cinquenta e um representantes na Câmara Municipal.

Talvez parodiando a expressão de publicidade de uma conhecida caninha, alguém deve ter pensado que tal quantidade de legiferantes fosse uma “boa ideia”; provavelmente durante o delirium tremens provocado pelo consumo de tão popular produto.

No último domingo, dia 07 de outubro, a população carioca foi às urnas e selecionou seus representantes entre mais de mil e setecentos candidatos concorrentes, tendo a pessoa mais votada atingido o (diminuto) percentual de 2,2% dos eleitores.

A pulverização dos votos, e a grande oferta de interessados às funções públicas em jogo, resultou – entre os selecionados – no máximo de sessenta oito mil votos (a popular Rosa Fernandes) e o mínimo de seis mil votos (o “renomado” sr. Marcelo Piui).

Mas entre um polêmico ex-prefeito, uma madrinha do Funk Carioca, e até um defensor da legalização de psicotrópicos, o que mais me chamou a atenção foi um candidato-eleito que tem como propostas o “Controle de Natalidade” e a “Redução da Maioridade Penal”. Certamente os eleitores deste paladino dos “bons costumes” – como seu sítio na internet faz crer – devem ter sido “seduzidos” pelas suas

costumeiras emendas à Lei Orçamentária Municipal, majorando as verbas destinadas às realizações de laqueaduras e vasectomias.

E entre todos os pensamentos do vereador (reeleito pela terceira vez, haja popularidade!) mercedores de registro, insta destacar que este provavelmente associa a minoração nas taxas de natalidade com o decréscimo dos níveis de miserabilidade e violência, num silogismo que camufla o desejo de repetir o sistema chinês de planejamento familiar. Numa rápida leitura de seus projetos e sínteses ideológicas, o ex-vice presidente da Comissão (legislativa) de Defesa dos Direitos Humanos, parece crer que a violência urbana deriva diretamente da pobreza, seguindo a ótica lombrosiana de catalogação dos estereótipos criminais.

Para que o leitor não pense que o atual “niilismo municipal” do colonista só tem a ver com o antagonismo corrente dos valores políticos de um ou outro representante da Câmara, parece-me relevante suscitar alguns dos números orçamentários dos políticos profissionais. Numa interessante reportagem do portal R7, do grupo Record, foi revelado que cada vereador percebe mensalmente a “bagatela” de quinze mil reais, além de dois salários extras – por ano –, após o décimo terceiro, à título de “auxílio paletó”.

Para além dos incentivos indiretos aos talentosos alfaiates cariocas, a “módica” quantia de cento e cinquenta mil reais por mês custeia o gabinete constituído para cada eleito, de modo a possibilitar o humilde sustento da equipe de trabalho. Por sua vez, segundo dados da ONG Transparência Brasil, o custo anual de cada representante legislativo do município carioca atingiria o valor de oito milhões de reais (na soma de todas as verbas indenizatórias, subsídios, caixinhas etc).

E no aprendizado da taboada, aqueles que multiplicaram oito (milhões) por cinquenta e um (eleitos) não tiveram dificuldade em estipular o “troquinho” de quatrocentos e oito milhões empenhados pelo contribuinte a cada trezentos e sessenta e cinco dias. É uma fortuna, compatível com a construção de uma nova estação de metrô por ano, ou pelo menos para assegurar que cada representante estará particularmente focado nos legítimos interesses da comunidade municipal.

E se a essência democrática passasse pela premissa – hoje um tanto inocente – de participação ativa de cada cidadão, conheço umas dez pessoas absolutamente “desinteressadas” em política para cada ser humano engajado nos anseios populares. Estamos bem distantes de um bom desempenho do ambiente democrático, e para chegar a tal constatação, basta refletir sobre aqueles que nos representarão no “Palácio” da Cinelândia pelo próximo quadriênio.

Nas, ainda atuais, palavras do finado Jean-Jacques Rousseau: “Desde que o serviço público deixa de ser a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a fazê-lo com sua pessoa, o Estado já se acha próximo de sua ruína. É preciso marchar para o combate? Eles pagam tropas e permanecem em suas casas. É necessário comparecer ao Conselho? Eles nomeiam deputados e permanecem em suas casas. À força de preguiça e de dinheiro eles contam, enfim, com soldados para submeter a pátria à servidão e com representantes para vendê-la”.

Pedro Marcos Nunes Barbosa é Mestre em Direito Civil, Especialista em Propriedade Intelectual, Professor da Graduação em Direito da PUC-RIO, sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Eleito diretor cultural do IAB.

AVIAÇÃO

## Após 15 meses, Cade julgará compra da Webjet pela Gol

Eduardo Rodrigues  
Da Agência Estado

Um ano e três meses após o anúncio de que a Gol havia chegado a um acordo para adquirir 100% do capital da Webjet, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) irá julgar hoje a operação, que custou R\$ 43,443

milhões. Passados 15 meses do negócio, o dólar em alta alterou completamente o panorama do setor aéreo no Brasil e pode jogar a favor da aprovação da aquisição pelo órgão antitruste.

O processo deveria ter sido julgado há 15 dias pelo Cade, mas, a pedido de vários conselheiros, o relator do caso, Ricardo Ruiz,

adiou a leitura do voto para esta quarta-feira. O negócio entre duas das principais companhias aéreas do País teve uma tramitação mais demorada que o normal porque pegou toda a fase de transição do órgão para se adequar à nova lei de defesa da concorrência, que entrou em vigor em maio deste ano.

Durante esse período, a situação financeira do setor mudou radicalmente. O crescimento da demanda de passageiros por voos internacionais e domésticos – um dos maiores fenômenos da chamada “nova Classe C” – continua, mas o aumento do dólar tem estrangulado a capacidade das empresas em lucrar em um cenário de competição feroz nos preços das passagens.

Conforme o próprio conselheiro Ruiz apontou, antes da última sessão do Cade, o dólar estava em torno de R\$ 1,60 em julho do ano passado, mas agora tem ficado constantemente acima dos R\$ 2,00. “Toda a operação do setor é dolarizada, sobretudo a manutenção e a reposição de peças. Além disso, a querosene de aviação ficou muito mais cara por causa da própria moeda e também por conta dos preços internacionais do petróleo”, comentou na ocasião.

Nesse cenário, as próprias companhias aéreas admitem ter dificuldades em recompor suas margens, pois qualquer mudança nas tarifas tem um impacto imediato na demanda que sustenta a expansão do setor.

**CPS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**  
03.237.819/0001-65  
**CONCESSÃO DE LICENÇA**  
CPS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN020973, com validade até 03 de outubro de 2015, para implantação de empreendimento imobiliário misto, constituído por um shopping center, duas torres comerciais e um hotel executivo, dotado de infraestrutura básica, na RODOVIA GOVERNADOR MÁRIO COVAS (BR-101), KM25,5-ÁREA C, RIO ALDEIA - MANILHA, município de ITABORAÍ. (Processo nº E-07/503287/2012)